



Moçambique:  
Desafios e perspectivas de desenvolvimento



P R E S I D E N T E

Comunicação proferida na Fundação Calouste Gulbenkian

Lisboa, 2 de Novembro, 2005

Excelentíssimo Senhor Dr. Guilherme D'Oliveira Martins, Moderador na nossa Palestra;

Excelências;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Constitui, para nós, uma honra ter a oportunidade de partilhar com tão ilustre audiência a nossa visão sobre os desafios e perspectivas de desenvolvimento do nosso País. Sentimo-nos mais honrados ainda, por saber que estamos perante uma audiência informada e, na sua maioria, com conhecimento profundo sobre Moçambique.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos ao Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais pela disponibilidade demonstrada para, em colaboração com a nossa representação diplomática, organizar este evento.

Estendemos os nossos agradecimentos à Fundação Calouste Gulbenkian pela cedência deste magnífico espaço.

Nesta apresentação, vamos abordar os desafios que se colocam a Moçambique e aos moçambicanos. Vamos depois enunciar os objectivos e os instrumentos da nossa acção governativa visando enfrentar os desafios identificados. Concluiremos com uma apreciação das perspectivas que se abrem para o futuro de Moçambique. Começemos então pelos desafios.

A pobreza em Moçambique não é uma questão estatística. Ela é real. Cinquenta e quatro por cento da nossa população não é capaz de assegurar um conjunto de condições básicas mínimas para a sua sobrevivência e bem-estar.

Por isso, colocamos o combate contra a pobreza no epicentro das nossas atenções governativas. A redução dos níveis de pobreza pressupõe o desenvolvimento do potencial humano e da melhoria do acesso aos cuidados básicos de saúde. Um desafio adicional é nos trazido pela pandemia do HIV/SIDA, que ameaça pôr em causa os nossos esforços para o desenvolvimento de Moçambique.

A vulnerabilidade do nosso País às calamidades naturais, particularmente às cheias e à seca, constitui um desafio permanente à nossa capacidade de aviso prévio, de gestão e de mitigação do seu impacto. As cheias de 2000 e 2001 confirmaram a gravidade da situação e a premente necessidade de buscar respostas para este desafio. Neste momento que vos falamos, mais de meio milhão de moçambicanos sofre os efeitos da seca que está assolar algumas regiões do nosso País.

Enunciados alguns dos desafios, passaríamos agora a abordar os objectivos e os instrumentos da nossa acção governativa, para enfrentar esses mesmos desafios.

A Agenda 2025, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009, que se implementa através de Planos Económicos e Sociais anuais, são os instrumentos que estabelecem as balizas que orientam a nossa acção.

A Agenda 2025 é a Visão nacional partilhada que traça as linhas gerais de orientação, a médio e longo prazos, para o desenvolvimento integrado e equilibrado do nosso País. Ela fornece uma base para a actuação dos sectores público, privado e a sociedade civil.

A Agenda 2025 foi elaborada por um grupo de cidadãos, representando todas as sensibilidades e sectores. Enaltece a riqueza da diversidade cultural e da história do nosso Povo. Apresenta, igualmente, possíveis cenários e aponta opções estratégicas para o desenvolvimento do Capital Humano, para a economia e desenvolvimento, para a boa governação e para as relações internacionais.

O Programa Quinquenal do Governo, tomando em conta as linhas de orientação da Agenda 2025 e a realidade actual do nosso País, estabelece como objectivos prioritários para o período 2005-2009:

- (a) A redução dos níveis de pobreza absoluta, com um crescimento económico acelerado, sustentável e abrangente, criando um ambiente favorável ao aumento da oferta de emprego e criação de riqueza;
- (b) O desenvolvimento económico e social, dando prioridade às zonas rurais, locais onde reside a maior parte da população moçambicana;
- (c) A consolidação da Unidade Nacional, da Paz, da Justiça e da Democracia, assim como a promoção do espírito de auto-estima dos cidadãos;
- (d) A valorização e a promoção da cultura de trabalho, zelo, honestidade e prestação de contas; e
- (e) O reforço da soberania e da cooperação internacional.

O Programa Quinquenal reconhece o papel vital do homem e da mulher no processo de desenvolvimento.

Define, por isso, a área de Alfabetização e educação de Adultos como um instrumento chave não só para reduzir as taxas de analfabetismo. A aposta é também na oferta de uma alfabetização voltada ao desenvolvimento de habilidades para a vida, conjugada com projectos de geração de rendimentos.

De igual modo, é destacada a importância da educação técnico-profissional como uma das estratégias fundamentais na luta contra a pobreza. A ideia central é conferir ao graduando habilidades e capacidades para uma melhor intervenção na área produtiva, de serviços e de aproveitamento dos recursos à sua volta. Com estas habilidades e capacidades, o graduando está também em melhores condições para gerar emprego não só para si próprio como para outros compatriotas. Para que este tipo de ensino responda às nossas necessidades de desenvolvimento, temos estado, nesta fase da sua reforma e expansão, a envolver os parceiros sociais, designadamente os empregadores, os sindicatos

e outras organizações da sociedade civil, na definição e implementação de políticas para este ramo de educação. Também queremos que eles participem na construção e, onde possível também na gestão de escolas técnico profissionais.

Na área da saúde, procuramos responder ao desafio, dando prioridade aos cuidados de saúde primários, ao combate a doenças. De entre estas destaque vai para a malária, tuberculose e o HIV/SIDA. O alargamento da rede sanitária é acompanhado pela busca da melhoria da qualidade de saúde e eficiência da provisão dos serviços de saúde.

A grande maioria da nossa população pratica a agricultura, o que torna este sector fundamental no desenvolvimento do País. O sector fornece matérias-primas para a indústria e contribui significativamente para a segurança alimentar e para as exportações. Assim, o Programa Quinquenal preconiza a promoção do aumento da produção e da produtividade por parte dos produtores. O Programa preconiza, igualmente, que as instituições públicas nesta área sejam facilitadoras e servidoras dos produtores, através de políticas agrárias apropriadas e oferta de serviços essenciais, particularmente às famílias rurais.

O desenvolvimento rural integrado é destacado no Programa. Êxitos neste domínio passam pela expansão das infra-estruturas rodoviárias, de telecomunicações e de energia. O seu acesso não só vai contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

Vai igualmente contribuir para a redução dos custos das transações. Atribui-se particular importância à introdução e disseminação de práticas de utilização de recursos naturais que garantem o equilíbrio ambiental e sustentabilidade.

A atracção do investimento de pequena, média e grande dimensão figura na nossa agenda de governação. Permitam-nos, a este propósito que reiteremos o apelo que deixamos expresso quando, em Junho do ano passado, abordamos no Instituto Sá Carneiro o tema "O Futuro das Relações Luso-Moçambicanas". Gostaríamos que as associações económicas e os homens de negócio portugueses se aproveitassem da Paz que desfrutamos, o ambiente económico favorável e a vantagem de partilharmos a mesma língua, para aumentarem os seus investimentos em Moçambique.

Ainda este mês, Maputo, de 26 de Novembro a 1 de Outubro, vai acolher o Trigésimo Primeiro Congresso da Associação Portuguesa das Agências de Viagem e Turismo, que vai aproximar operadores turísticos portugueses e Moçambicanos. Esperamos voltar a ver alguns de vós nesta cidade onde a terra se agarra as acácias e as jacarandas para se abrigar do nosso abundante sol tropical.

Esse Maputo onde convergem e se entrelaçam as culturas do País e do mundo; a cidade de ricas e apetitosas culinárias moçambicanas; cidade, enfim espelho da nossa hospitalidade e calor acolhedor.

Todas estas acções que preconizamos no nosso Programa Quinquenal, incluindo o aumento substancial do investimento privado, não poderão ser realizadas de forma efectiva e eficiente se a nossa máquina governativa não estiver à medida das exigências.

Por isso, o Programa Quinquenal enfatiza a reforma do sector público, com enfoque para:

- ♦ A desconcentração e descentralização que abarca também os níveis provinciais e distritais;
- ♦ A elevação da qualidade dos serviços de justiça para contribuir para o aumento da tranquilidade e ordem públicas, punição do crime, respeito pelo direito de propriedade e respeito dos contratos e rapidez para dirimir conflitos;
- ♦ A simplificação dos procedimentos burocráticos e a celeridade no tratamento dos processos bem como no reforço de medidas de combate contra a corrupção;
- ♦ A revisão da lei laboral para uma maior flexibilização do mercado do trabalho e para facilitar o florescimento do sector privado que, por sua vez, possibilitará a criação de mais postos de trabalho.

No contexto do Programa Quinquenal, a boa governação inclui políticas macroeconómicas, financeiras e de comércio internacional assentes numa gestão rigorosa e transparente que permita o fluxo de capitais, investimentos, comércio, tecnologias e ajuda ao desenvolvimento bem como a estabilidade e crescimento do sector financeiro. Para o efeito, privilegia-se a reforma das finanças públicas, da gestão monetária, o fortalecimento da supervisão bancária, da actividade seguradora e dos sistemas de segurança social. Busca-se, igualmente, uma maior e melhor inserção da economia nacional na economia regional, continental e mundial.

Um factor fundamental a ter sempre presente no desenvolvimento de Moçambique é a importância da Mulher na sociedade. Ela constitui 52% da população total do País, com indicadores de desenvolvimento humano muito baixos, especialmente a taxa de analfabetismo. Por esta razão, o Programa Quinquenal atribui grande importância à questão do equilíbrio do género e preconiza acções estratégicas que visam a formação da mulher e da rapariga e sua maior visibilidade no conjunto dos actores que produzem a riqueza nacional.

Estes objectivos enquadram-se no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), instrumento que estabeleceu as áreas e estratégias de intervenção para o combate contra a pobreza. A elaboração, implementação, monitoria e avaliação do PARPA contou e continua a contar com a participação de vários actores da sociedade, incluindo parceiros de cooperação, num fórum que

designamos de Observatório da Pobreza. Este fórum foi estabelecido pelo Governo para servir de plataforma de diálogo com a sociedade civil. Através desta interacção é possível ir-se aprimorando a governação do País em todas as dimensões, pois neste fórum se discutem aberta e livremente os problemas do País e análises críticas ao trabalho que está em curso.

Na sequência desta iniciativa do governo, formou-se um grupo de organizações da sociedade civil que, no início eram 20, decidiram designar-se o Grupo dos 20, ou simplesmente G20. Este grupo tem-se revelado importante no processo de monitoria e avaliação bem com na elaboração do PARPA 11. Entrando nas Perspectivas para o desenvolvimento de Moçambique, podemos dizer que elas são boas e encorajadoras. Temos um Povo determinado e trabalhador que clama por ferramentas e oportunidades. Temos um País belo, extenso e rico em recursos naturais. Moçambique está em paz consigo próprio e com os seus vizinhos.

Estamos a consolidar a democracia através do fortalecimento das instituições e práticas democráticas a todos os níveis. Estamos a solidificar os fundamentos da nossa economia para torná-la mais competitiva e dinâmica.

Assim, falamos não só porque acreditamos na capacidade empreendedora dos moçambicanos, mas também, porque temos vindo a registar avanços significativos na execução dos planos e programas que desenhamos.

A economia Moçambicana tem registado um dos mais elevados índices de crescimento do continente Africano e do mundo. O Produto Interno Bruto tem crescido a uma taxa média de 7% nos últimos seis anos.

O crescimento económico traduziu-se na redução dos índices de pobreza absoluta em 15%, de 69,7% em 1997 para 54,1% em 2003. Constatamos, com satisfação, que os indicadores de cobertura do sistema educativo em Moçambique, quando considerados em relação aos objectivos que preconizamos, apontam para uma direcção encorajadora, de maior acesso à escolarização e alfabetização.

Os progressos que se registam na área de educação também se verificam nas áreas vitais de acesso aos cuidados sanitários, na agricultura, nos transportes e comunicações, nos recursos minerais, no sector da energia, na ciência e tecnologia e nas infra-estruturas.

Estamos, igualmente, a reforçar a nossa capacidade humana, institucional e material para fazer face às calamidades naturais.

Para além da responsabilidade primária do Estado, contamos com a solidariedade social dos Moçambicanos que, individual e colectivamente, se têm organizado para apoiar os seus compatriotas quando afectados por grandes desastres.

Temos razões adicionais para olhar para o futuro com optimismo. O nosso esforço de desenvolvimento enquadra-se nos esforços da região em que estamos inseridos, em torno da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Os objectivos de integração e de desenvolvimento da SADC complementam e reforçam os nossos objectivos de desenvolvimento nacional.

O processo de integração regional é um alicerce da integração a nível continental.

Esta é feita através da União Africana e da sua visão programática, a Nova parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD).

Moçambique é membro da CPLP. Vencendo a barreira da distância, esta organização se fortalece e caminha, com segurança, para traduzir a vontade política de cooperar em programas e projectos concretos de desenvolvimento em prol dos Povos dos Estados Membros. São assinaláveis os passos dados na criação de condições para uma cada vez maior partilha do conhecimento e experiências para o desenvolvimento.

Acreditamos que podemos vencer a pobreza absoluta e assegurar o desenvolvimento sustentável do País. Esta convicção é partilhada pelos parceiros de cooperação que têm sido consistentes

e generosos para com o Povo Moçambicano. Eles têm estado ao nosso lado, apoiando directamente os planos e programas do Governo e financiando projectos económicos, sociais e culturais de iniciativa individual e colectiva da nossa sociedade.

De entre estes parceiros figura Portugal, que está presente em vários domínios de desenvolvimento. Hoje, Portugal integra o Grupo dos 17 Países que dão Apoio Directo ao Orçamento de Estado, mercê da confiança estabelecida ao longo de muitos anos de relações de amizade e cooperação.

Portugal e Moçambique têm hoje uma cooperação para o desenvolvimento enquadrada no Programa Indicativo de Cooperação, cuja implementação é feita através de Planos Anuais de Cooperação. Portanto, Portugal é também uma razão forte para perspectivarmos um futuro promissor no desenvolvimento do nosso País.

A nossa parceria com a comunidade internacional tem-nos habilitado a angariar recursos e cada vez maior assistência aos nossos esforços de desenvolvimento.

A nossa cooperação com as organizações e instituições tais como:

- ♦ a União Europeia;
- ♦ os Países do G8 e outros países desenvolvidos e em desenvolvimento;
- ♦ o sistema das Nações Unidas, incluído as instituições da Bretton Woods; e
- ♦ organizações governamentais e não-governamentais que reforçam a nossa vontade de seguir em frente, na certeza da vitória.

Apreciamos a assistência que nos tem sido providenciada e a cooperação para o desenvolvimento que temos com os nossos parceiros. Aproveitamos esta oportunidade para, através de vós, transmitir ao Povo Português o nosso apreço pela amizade e cooperação que estendem ao Povo Moçambicano e a Moçambique.

Temos plena consciência de que temos responsabilidade primária sobre o desenvolvimento de Moçambique e, para tal, continuaremos a trabalhar com afinco e determinação e saber valorizar os benefícios que a cooperação traz para o nosso Povo. A nossa visão é de um Moçambique em franco desenvolvimento, próspero, em paz e harmonia.

Agradecemos a vossa presença neste encontro e a atenção que nos dispensaram.

Muito Obrigado!